

LUGARES CAIÇARAS E MODERNIZAÇÃO NEOLIBERAL NA RESERVA ECOLÓGICA ESTADUAL DA JUATINGA, MUNICÍPIO DE PARATY - RJ.

Cezar Pardo Mêo Pompêo de Camargo¹

Resumo

Este artigo visa apresentar resumidamente uma reflexão sobre a maneira como um modelo de organização espacial, associado ao neoliberalismo globalizado, tem influenciado os lugares de vida das populações tradicionais caiçaras que vivem no interior da Unidade de Conservação Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, no município de Paraty, litoral sul fluminense. Esse modelo se materializa via administração pública e setores privados que conduzem uma modalidade de planejamento do território com o mercado sendo colocado como principal preocupação, de maneira a enfatizar os empreendimentos privativos, valorizar a responsabilidade individual dos sujeitos e transformar a cultura e a natureza em mercadorias materiais e simbólicas.

Introdução

A conformação das populações caiçaras no litoral brasileiro se deu em contexto de colonização. Formadas pela miscigenação entre o colonizador, indígenas e negros, esses povoados característicos são resultantes de inúmeras variações da ocupação litorânea (MUSSOLINI, 1980). Ainda está por ser feita a história das populações caiçaras de Paraty de maneira detalhada e interdisciplinar, reunindo considerações da antropologia, geografia e etnoecologia e superando a narrativa dada exclusivamente em torno dos ciclos econômicos (DIEGUES & NOGARA, 2005), mas o fato de o município ter se inserido no ciclo da cana de açúcar a partir da expressiva produção de aguardente, no ciclo do ouro a partir do seu porto como ponto de escoamento deste metal e ter apresentado expressivo declínio populacional causado pelo fim do tráfico de pessoas escravizadas e pelo fim das visitas de tropeiros, reúnem alguns elementos para que sejam elucidadas, em Paraty, as condições elencadas por Mussolini (1980) na formação desses povoados característicos. Para essa autora, esses pequenos núcleos populacionais muitas vezes se estabeleceram em torno de centros maiores,

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas e Professor do Instituto Federal Baiano, campus Xique-Xique.

enviando-lhes pequena produção e tornando-se seus satélites, outras vezes se desenvolveram ao lado da grande lavoura, com agricultura de subsistência suplementar a ela e que vive em função dela, ou foram formados a partir de povoados maiores que perderam importância econômica à medida que o povoamento avançou para o interior. De todo modo, a população que aqui se coloca como principal preocupação, com seus diferentes núcleos, tem a sua origem estabelecida a mais de século, em áreas de acesso dificultoso em meio à floresta atlântica e a poucos metros de praias localizadas em vales de um relevo litorâneo acidentado, fazendo uso específico do ambiente e seus ecossistemas na sua reprodução social, cultural e econômica.

O “relativo isolamento” face ao mundo ocidental, como menciona Esterici (2007, p.223) ao se referir às populações tradicionais, distantes dos centros urbanizados, contribuíram para a construção de formas de sociabilidade e de relações com seres e coisas da natureza muito diferentes das formas vigentes nas sociedade dos meios urbanizados. Como advoga Setti (1985), o caiçara elaborou o seu próprio modo de ver e analisar o mundo, com sistemas referenciais que lhe são característicos para sentir o espaço, o tempo e a natureza, estabelecendo assim a sua ordem social, moral e seus padrões estéticos.

Esses pontos relativos ao histórico da população aqui considerada, bem como seus sistemas referenciais peculiares, evidenciam relevante especificidade da dimensão cultural-simbólica entre os caiçaras, bem como um modo bastante autêntico de organização do espaço.

O lugar e o caiçara

Para Souza (2018, p.115), o que está em primeiro plano no lugar “é a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas”. De fato, a dimensão exposta pelo autor tem destaque nessa categoria aqui considerada como uma ferramenta para analisar uma particularidade do real que se espacializa. Quanto ao espaço, o consideramos como propõe Santos (2008, p.63), “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Em relação aos objetos, o autor considera como as coisas às quais são atribuídas intencionalidades, organizando-se em sistema porque são produto de elaboração social e apresentam uma certa disposição entre eles, com as suas funcionalidades articuladas. Por isso,

os objetos apresentam uma complexidade que se dá em nível estrutural e funcional (SANTOS, 2008, p.69).

Quanto ao sistema de ações, ele é formado pelo comportamento ordenado dos seres humanos, com objetivo e finalidade, sendo realizado tanto por indivíduos como por empresas e instituições. Santos (2008, p.82) considera pelo menos três formas de agir: o agir técnico, o agir simbólico e o agir formal.

O lugar, portanto, é aqui entendido como particularidade e singularidade do espaço geográfico, dado por uma especificidade na organização das suas formas as quais são indissociáveis das ações e que, por isso, apresenta uma certa contiguidade técnica, formal e simbólica. Nas palavras de Silva, trata-se de uma “totalidade de relações de localização” (1981, n.p.).

Souza, portanto, está correto no reconhecimento da dimensão cultural-simbólica naquilo que se entende como lugar. Consideramos inclusive que este fato ocorre devido ao reconhecimento das pessoas do lugar, entre elas e com o lugar pois, como menciona Silva (1991), ele é expressão particular dos elementos sociais-naturais, nos levando a subentender que o processo, em constante transformação, é singular e específico de uma formação geográfica (SILVA, 1981, n.p.) e, a sua sociedade, naquela e com aquela singularidade de objetos e ações, criam relações condizentes com o processo que não podem ser amplamente compreendidas por aquele que não participou, ou participa, desse constante devir. Mesmo concordando com Souza, outras dimensões, relacionadas às formas de agir propostas por Santos (2008), são tão importantes como a cultural-simbólica, nos induzindo a concluir que o destaque dessa categoria é a particularidade na complexidade das suas ações e objetos, tornando-a uma subtotalidade ou, como prefere Santos (ibid), um subespaço.

Massey (1994), ao refletir sobre o lugar, propõe a sua identificação a partir das relações mais amplas com as quais eles se configuram, sendo ele “o foco de uma mistura distinta das mais amplas e mais locais relações sociais” (ibid, p. 156). Dessa maneira, pensar os lugares caiçaras no município de Paraty nos permite realizar uma reflexão para além das relações locais, pois eles são também resultado da sua conexão com o mundo, se desenhando conforme o movimento da totalidade e, neste contexto, como afirma Santos (2008, p.163), é no lugar que se constitui a possibilidade de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos.

No que tange às populações tradicionais caiçaras em Paraty, pelo menos até meados do século XX os seus lugares se estruturavam socialmente a partir do que Candido (1971)

considera como “solidariedade vicinal”, com as famílias se organizando pela interdependência das pessoas e, o bairro, pela interdependência das famílias, havendo formas espontâneas de auxílio, de maneira a evidenciar uma complexa coordenação entre as atividades e uma substancial consciência de grupo.

Entre os caiçaras, nesses lugares parcialmente isolados, a concepção de propriedade privada da terra era totalmente ausente, sendo absolutamente raro o sistema de herança (MARCÍLIO, 1986) e desconhecidos os sistemas legais de registro e transferência de títulos. A terra era utilizada diretamente pelo caiçara para trabalho e produção, sem práticas de locação ou arrendamento e em hipótese alguma era concebida como bem comercial. Configurava-se assim uma situação na qual o caiçara desenvolvia atividades econômicas ao seu modo, com garantia ao acesso e uso da terra, decidindo por conta própria a respeito da localização, tempo, velocidade, qualidade, quantidade e intensidade das suas práticas cotidianas. Era a partir da caça, roça, coleta e pesca que o caiçara atendia suas necessidades básicas com fartura, além de realizar uma pequena produção excedente voltada para a troca comercial nos centros urbanos.

Esse tipo de organização dos lugares caiçaras, com específicas relações do grupo com os seus espaços de vivência, foi incentivada por um contexto no qual não havia outros interesses sobre o território nas porções de difícil acesso, em áreas entre morros com densa floresta atlântica, senão aqueles apresentados pelo caiçara e suas peculiaridades em termos de organização socioespacial.

Se até meados da década de 1960 essas populações tradicionais viviam em situação de parcial isolamento (MARCÍLIO, 1986), a partir dessa década, no município de Paraty, foram expressivas as políticas de reconfiguração do território. Associadas a uma visão funcionalista que incluía o Projeto-Turis (FRATUCCI, 2005), diversas ações foram realizadas pelo poder público com o objetivo adaptar essa porção do litoral brasileiro ao interesse das elites urbanas de modo a promover atividades relacionadas ao turismo, o que incluiu a construção da Rodovia Rio-Santos (PLANTE & BRETON, 2005). A partir de então Paraty apresentou um expressivo incremento populacional, com altas taxas de urbanização, e é fundamentalmente a partir da década de 1990 que ocorre um tipo de modernização associada fundamentalmente ao capitalismo neoliberal, com os lugares caiçaras sendo absolutamente influenciados por essa lógica.

O neoliberalismo

Essa etapa de modernização do município, a partir da década de 1990, está diretamente ligada a um novo modelo de gestão e organização do território segundo imperativos da globalização e de políticas neoliberais. Gestão, competitividade e produtividade são viabilizados pela espacialização de um sistema técnico, um conjunto de normas e um tempo social que colocam Paraty em conformidade com as características do “motor único” (SANTOS, 2004) que qualifica a globalização.

Springer (2016) entende que políticas associadas a uma concepção neoliberal desempenham um papel em reproduzir, circular e facilitar a recriação da sociedade sob um novo conjunto de arranjos sociais, políticos e econômicos que enfatizam as relações de mercado e a responsabilidade individual dos sujeitos, incorporando essas ideias nas práticas de governança em nível local.

A gestão colocada sob políticas associadas à teoria neoliberal compactua que “A empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas as chaves da inovação e da criação de riqueza” (HARVEY, 2014, p.75), de maneira que “Setores antes geridos ou regulados pelo Estado têm de ser passados à iniciativa privada e desregulados ... A competição - entre indivíduos, entre empresas, entre entidades territoriais (cidades, regiões, países, grupos regionais) - é considerada a virtude primordial” (ibid, p.75).

Para Springer (2016), esse conjunto de arranjos desarticulam micro políticas da escala dos lugares, das pequenas associações comunitárias. O autor (ibid) compreende o neoliberalismo como processo que se vale de “um discurso” capaz de incutir práticas sociais e valores nos sujeitos, dando fluidez à conformação desses novos arranjos ligados à individualização e competição. Segundo Mudge (2018), esse discurso se apresenta acompanhado da ideia de que a sua incorporação prática é inevitável.

Springer (ibid, p.19), inclusive, acredita que este projeto ideológico procura impedir gastos públicos com iniciativas coletivas, diminuir formas de proteção social e empurrar as pessoas para empregos mal remunerados e sem organizações sindicais, muitas vezes causando migrações, desapropriações e desemprego. Estas situações são consideradas por Sassen (2016) como “expulsões” e, para a autora, são resultantes de complexas características da atual forma de crescimento econômico.

Modernização neoliberal em Paraty

Como mencionado, a partir da década de 1960, Paraty passa pelo que qualificamos como primeira fase de modernização, estando ela diretamente associada à construção da Rodovia Rio-Santos e do Projeto Turis, o qual foi abandonado mas com suas diretrizes de reconfiguração espacial levadas adiante. Nessa primeira etapa os caiçaras enfrentaram violentas tentativas de grilagem de terras, com significativa quantidade de expulsões, desapropriações e incêndios de casas (LHOTE, 1982). A população urbana do município mais do que dobra entre 1970 e 1980 (IBGE, 1970 e 1980), tanto devido à migração proveniente de outras cidades como devido a um intenso fluxo da população rural expulsa por agentes interessados na realização do turismo (CAMARGO, 2013).

Frente ao desmatamento descontrolado e aos conflitos fundiários são criadas unidades de conservação, sendo a Reserva Ecológica Estadual do Juatinga (REEJ) uma delas. O decreto de criação dessa unidade, realizado no ano de 1992, visa “fomentar a cultura caiçara local, compatibilizando a utilização dos recursos naturais com os preceitos conservacionistas estabelecidos neste Decreto” (RIO DE JANEIRO, 1992) e, de modo simultâneo e contraditório, a declara como de natureza não *edificandi*. Essa unidade se encontra até a presente data sem plano de manejo e sem categoria definida segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e com a presença de doze núcleos caiçaras vivendo dentro dos seus limites (RIO DE JANEIRO, 2011). Sua gestão foi inicialmente colocada sob responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e, quando este foi diluído, em 2007, passou a ser realizada pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

É nesse contexto, a partir de 1990, que iniciou um período sugerido como segunda etapa da modernização do município de Paraty, projetando-a em uma economia global com o turismo como principal vetor e com presença de políticas públicas influenciadas pelos interesses da iniciativa privada.

O que sugerimos como segunda etapa da modernização em verdade faz parte de um mesmo processo, mantendo muitas das características modernizantes até então citadas, mas apresenta peculiaridades que permitem identificar e apontar algumas diferenças. Não há, portanto, um ponto exato na linha do tempo que permita a distinção clara de duas diferentes etapas, mas sim a configuração gradual de diferenças que se aprofundam ao longo dos anos, influenciando a gestão e administração do município de Paraty e, conseqüentemente, da REEJ. Nessa segunda etapa, sobretudo nos anos 2000, o município se projeta em uma

economia global, tendo o turismo como um dos seus principais vetores e preocupação, de modo que a iniciativa privada exerce significativa influência nas políticas públicas.

É ainda na década de 1990 que a administração do município se empenha em diversos programas de reabilitação urbana e preservação do patrimônio. Nos anos 2000 ocorrem as sucessivas tentativas de incluir o município na lista de patrimônios reconhecidos pela Unesco, incluindo diversas obras de renovação e revitalização de sítios históricos para a obtenção do título (PAES, 2015). Em 2004 a Câmara Municipal de Paraty apresentou o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico, visando a promoção dessa atividade e, em 2008, segundo o Plano de Gestão Paraty Patrimônio da Humanidade (2008, p.15), Paraty se posicionou na quinta colocação na lista das cidades mais visitadas do país, de modo a receber 280 mil visitantes ao ano, com mais de 40 mil deles sendo estrangeiros.

A administração da cidade, com preocupação voltada ao desenvolvimento do turismo, se engaja em um projeto de ordenamento territorial em que o urbano, o rural, o cultural e o natural são extremamente interessantes para a produção de uma economia dinâmica que se aproveita das diferenciações e peculiaridades paisagísticas, com seus distintos conteúdos. As grandes dicotomias que estruturam a racionalidade moderna (LATOUR, 2008) permanecem, mas nessa segunda etapa de modernização elas perdem consideravelmente a pureza da concepção funcionalista de administração do território. O rural e o urbano, por exemplo, continuam sendo concebidos em pólos opostos, mas passam a apresentar um ponto de convergência a partir do momento em que ambos são simbolizados com fins de se tornarem produtos a serem oferecidos no mercado.

Paraty, portanto, em sua totalidade, é concebida como mercadoria no projeto de organização do território desenvolvido pela administração do município. Não é ao acaso que o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico (2004, p. 12) menciona preocupação em promover e divulgar o “produto Paraty e seus subprodutos de forma correta e expressiva”.

A Unidade de Conservação REEJ e suas paisagens são incluídas como preocupação no modelo de gestão urbana sob uma concepção de organização do território que atribui centralidade ao mercado e com o turismo à frente. Vale ressaltar que o modelo de gestão da Unidade de Conservação, mesmo criada sob decreto estadual e sob responsabilidade de órgão estadual, se torna preocupação relevante na administração municipal, pois suas paisagens são elementos centrais na atração de turistas.

Entre as diretrizes de desenvolvimento municipal apresentadas pelo Plano Diretor está “A proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural” (PLANO DIRETOR, pg.

2), bem como “A garantia do livre acesso de todos os cidadãos às praias, rios e cachoeiras...” (ibid, p.2). Coadunado a esta preocupação explícita do âmbito público municipal aos ambientes abundantemente presentes nas unidades de conservação, está o Projeto Cairuçu, evidenciando significativa participação da iniciativa privada. Este projeto foi iniciado no ano de 1999 e segundo Mattoso (2003) ele é fruto de uma iniciativa da SOS Mata Atlântica, mediante a inoperância dos órgãos públicos, com o objetivo de levantar fundos e propor cooperação técnica ao IBAMA, IEF e Prefeitura Municipal de Paraty, para assim elaborar e implementar um plano de gestão à APA Cairuçu (período em que a APA Cairuçu ainda não tinha Plano de Manejo) e REEJ (sem Plano de Manejo até os dias atuais). Financiado majoritariamente pelo Condomínio Laranjeiras, turístico de segunda residência, de altíssimo padrão e localizado nas bordas da reserva em seu lado de fora, o Plano de Gestão foi entregue no ano de 2002, na mesma data de inauguração do Centro de Informações Ambientais e Turísticas do Cairuçu, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) hoje conhecida como Associação Cairuçu, financiada pelo mesmo Condomínio e que atua dentro da REEJ a partir de diversos projetos sociais e ambientais.

Conforme afirma Mattoso (2003), o documento apresentado pela SOS Mata Atlântica em 2002 não foi bem recebido pelo IBAMA, o qual protestou oficialmente por entender que a administração da APA deveria ser de exclusividade dos órgãos públicos federais, pois a unidade foi criada por decreto federal, mas o plano foi acatado pela Prefeitura Municipal. É clara a participação da iniciativa privada e de Organização Não Governamental na administração e gestão do território de maneira concordante com os órgãos municipais, evidenciando as influências dos interesses privados sobre as unidades de conservação com o aval da prefeitura.

Como afirma Paes (2017, pgs. 670 e 671):

Enquanto o Estado do urbanismo progressista, de até meados do século XX, assentado nos paradigmas da produção fordista (racionalidade, funcionalidade, regularidade, produtividade, produtos estandarizados e centralidade do Estado) ... buscava dar conta da totalidade social e urbana, a cidade pós-moderna do planejamento estratégico copia as palavras de ordem da lógica empreendedora das empresas (gestão, produtividade, competitividade, bens distintivos de classe, estetização, subordinação dos fins à lógica do mercado, parcerias público-privadas) e produz uma cidade fragmentada, simbólica, colocando-a no mercado como uma mercadoria.

Gestão, competitividade e produtividade são viabilizados pela especialização de um sistema técnico, um conjunto de normas e um tempo social que colocam Paraty em conformidade com as características do “motor único” (SANTOS, 2004) que qualifica a globalização. A preocupação na promoção do turismo e divulgação do município, evidenciadas pelas inúmeras ações acima citadas, desde os programas de reabilitação urbana, preservação do patrimônio e inúmeras ações que levam ao reconhecimento de Paraty, pela Unesco, como Patrimônio Mundial no ano de 2019, inclusive conquistado mediante um processo concorrencial, permite a identificação de uma etapa de modernização diretamente ligada a um novo modelo de gestão e organização do território segundo imperativos da globalização e do neoliberalismo.

Lugares caiçaras e modernização neoliberal: Algumas conclusões.

Pensar nos lugares caiçaras sob globalização neoliberal, nos induz a considerar o incentivo e concentração do poder público nas iniciativas e empreendimentos privados, ao mesmo tempo em que os sujeitos dos lugares reproduzem o discurso da individualização, o que promove ausência de serviços públicos necessários ao mesmo tempo em que se dinamiza o mercado que gera riqueza de forma concentrada.

De fato, o que se presencia é a presença de energia elétrica em apenas alguns núcleos caiçaras, escolas apenas de primeiro grau com acesso inviável por muitas crianças, presença de médicos esporádica e somente em alguns núcleos, ausência de transporte público que viabilize os deslocamentos diários - o que dificulta a realização de trabalhos nos centros urbanos, ou acesso à escola e hospitais - , abastecimento de água com rede de captação insuficiente e sem rede de esgoto (RIO DE JANEIRO, 2011), de maneira que os rejeitos domésticos são despejados em fossas construídas por iniciativa individual ou em céu aberto.

Verifica-se que as iniciativas de revitalização urbana, que atende ao mercado do turismo e o incentiva tentando incluir o município na lista de patrimônios reconhecidos pela Unesco, não contemplou as áreas rurais no sentido de promover cidadania às populações caiçaras.

Embora muitos caiçaras consigam hoje obter rendimentos por meio do turismo, sabe-se que essa realidade não está ao alcance de todos e é insuficiente se considerarmos os direitos à cidadania. Na Praia de Ponta Negra, por exemplo, as particularidades geomorfológicas que dão à praia uma pequena extensão de faixa de areia e de terreno plano, dificultou a exploração do turismo por grande parte da sua população, inclusive colaborando

com a ocorrência de conflitos por terra nessa localidade, pois a sua venda se tornou um dos poucos meios de se obter dinheiro por alguns caiçaras (CAMARGO, 2017).

Em outras localidades, como no Calhaus ou Itanema, os caiçaras foram cedendo às pressões do mercado informal de terras, vendendo seus lotes pouco a pouco, se afastando das praias ou mudando para o centro de Paraty. Os que ficaram, hoje são caseiros de casas de turistas irregulares, alguns dos que foram, hoje vivem nos bairros periféricos de Paraty..

Na Praia do Sono, de onde o acesso à Paraty é mais viável por ser possível alcançar rede de ônibus após caminhada em uma trilha que exige cerca de quarenta minutos, o turismo é mais intenso, o que proporciona renda para muitos dos seus moradores. Verificou-se lá, entre algumas famílias, a obtenção de bons rendimentos a partir de pequenos empreendimentos voltados para turistas, mas com o desaparecimento da solidariedade vicinal antes presente. Presenciou-se lote de família, com empreendimentos de cada um dos seus membros, sendo mantidos de maneira absolutamente independente.

Resultados preliminares, portanto, apontam concentração dos aparelhos de Estado, via gestão pública, nas ações que visam atendimento dos interesses do mercado. Este fato promoveu à Paraty a posição de município entre os mais visitados do país, dinamizou o turismo, reformou a estrutura urbana central e atraiu redes comerciais expressivas ao mesmo tempo em que as populações rurais, predominantemente tradicionais, sofreram com a desarticulação das suas iniciativas coletivas, apresentando expressivos deslocamentos devido às pressões do mercado imobiliário -muitas vezes irregular-, com acessos irrisórios a direitos e hoje vivendo sob tensão de estarem dentro dos limites de uma unidade de conservação que ainda não tem categoria definida segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e que por isso não garante a permanência dessas pessoas na terra onde nasceram.

Bibliografia

CAMARGO, Cezar Pardo Mêo Pompêo de. Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Marim de Sá). Dissertação de Mestrado defendida no curso de pós-graduação em Geografia da Unicamp, 2013.

CAMARGO, Cezar Pardo Mêo Pompêo de. A luta pela permanência na terra em Ponta Negra, Paraty (RJ). VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2017.



CANDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3ª Edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

DIEGUES, Antonio Carlos & NOGARA, Paulo J.N. O Nosso Lugar Virou Parque. NUPAUB/USP. São Paulo-SP, 2005

ESTERCI, Neide. Populações Tradicionais in ESTERCI, N et al. Almanaque Brasil Socioambiental. Ministério da Cultura e Instituto Socioambiental (ISA), 2007.

FRATUCCI, Agnaldo César. A formação e ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970 in: BARTHOLO, R., DELAMARO, M. & BADIN, L.. Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro. Editora Garamond. Rio de Janeiro, RJ. 2005.

IBGE. Censo comercial: Rio de Janeiro. VIII recenseamento Geral, Série Regional, Volume VI – Tomo XVI. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br>. 1970.

IBGE. Censo comercial: Rio de Janeiro. Censos econômicos de 1975, Série Regional, Volume 3 – Tomo XVI. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br>. 1980.

LATOUR, Bruno. Jamais Fomos Modernos. 4ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2008.

LHOTE, Christine. Trindade para os trindadeiros. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: Terra e População. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edições Paulinas – CEDHAL –, 1986.

MASSEY, Doreen. Space, place and gender. University of Minnesota Press. Minneapolis, MN, 1994.

MATTOSO, Adriana de Queirós. Projeto Caiçu – Parcerias para o Planejamento e Gestão da APA de Caiçu e Reserva Ecológica da Juatinga em Paraty, RJ. Artigo publicado no III Congresso Brasileiro de Pesquisas Ambientais e Saúde, 2003.

MUDGE, Stephanie L. Leftism Reinvented. Western parties from socialism to neoliberalism. Harvard University Press, 2018.

MUSSOLINI, Gioconda. Ensaio de antropologia indígena e caiçara. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

PAES, Maria Tereza Duarte. Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ). Resgate - Revista Interdisciplina de Cultura. Campinas, v.23, n.30, p. 105-118, jul./dez. 2015.

PAES, Maria Tereza Duarte. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

PLANTE, Steve & BRETON, Yvan. Espaço, Pesca e Turismo em Trindade, in: Diegues, Antonio C. Enciclopédia Caiçara Volume III. Editora Hucitec - São Paulo, SP. 2005.



RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 17981, 1992.

RIO DE JANEIRO. Definição de categoria de Unidade de Conservação da natureza para o espaço territorial constituído pela Reserva Ecológica da Juatinga e Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim. Produzido por Igara Consultoria em Aquicultura e Gestão Ambiental, 2011.

SANTOS, Milton. Por Uma Outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro. Editora Record, 2004.

SANTOS, Milton A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SASSEN, Saskia. Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2016.

SETTI, Kilza. Ubatuba nos cantos das praias (Estudo do caiçara paulista e de sua produção musical). São Paulo: Editora Ática, 1985.

SILVA, Armando Corrêa da. Geografia e lugar social. Editora Conteto. São Paulo, SP, 1991.

SILVA, Armando Corrêa da. Geografia e Formação Social. Texto digitalizado retirado de <https://geopo.fflch.usp.br/sites/geopo.fflch.usp.br/files/>, 1981.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand, 2018.

SPRINGER, Simon. The Discourse of Neoliberalism. An Anatomy of a Powerful Idea. London - New York: Roman & Littlefield, 2016.